

Governo estuda manter repasse do Tesouro às distribuidoras, diz Lobão

ENERGIA ELÉTRICA

Governo estuda manter repasse do Tesouro às distribuidoras, diz Lobão

Aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, segundo Abrace

SÃO PAULO // O governo estuda manter o repasse de recursos do Tesouro Nacional ao segmento de distribuição de energia elétrica este ano, afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nesta segunda-feira (3). “O Tesouro estuda isso, nós do ministério também estudamos, o Gabinete Civil também se dedica a isso, e encontraremos a melhor solução possível”, disse Lobão a jornalistas durante evento de posse de novos ministros, em Brasília.

Em 2013, repasses oficiais à distribuição através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram utilizados para cobrir o custo adicional do setor com o acionamento de usinas térmicas, devido ao baixo volume de chuvas. O montante repassado para cobrir o custo extra e manter tarifas reduzidas aos consumidores, chegou a R\$9,6 bilhões no ano.

Este ano, o despacho térmico segue em alta, com volume de chuvas abaixo do esperado, consumo elétrico acima do comum devido ao forte calor e a redução de nível dos reservatórios no subsistema Sudeste/Centro-Oeste – responsável por 60% da carga total do sistema interligado – quando seria esperado o contrário, em meio à temporada chuvosa.

Além disso, agrava a situação de custos das distribuidoras o fato de as empresas estarem descontraçadas em 3,5 mil megawatts, montante que tem de ser comprado do mercado de curto prazo. Na última sexta-feira, o preço da energia elétrica de curto prazo atingiu o recorde de R\$822,83 por megawatt-hora.

O aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, que contrata energia no mercado livre, segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. “O PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, preço da energia no curto prazo] afeta quem está exposto, não traz efeito para quem está contratado. Os consumidores eletrointensivos não assumem posição de risco”, explica o executivo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, o País cada vez mais precisa contar com complementação térmica, uma vez que o consumo elétrico cresce acima do volume dos reservatórios. “O parque termelétrico brasileiro não está adequado a esse tipo de acionamento mais constante e futuros leilões precisam levar isso em conta”, diz Sales. Segundo ele, a metodologia dos leilões precisa contemplar usinas que podem ter custo de instalação mais elevado, mas operação mais barata. Também é preciso restabelecer a sustentabilidade no segmento de distribuição, alerta o especialista.

THAIS CARRANÇA | AGÊNCIAS

SÃO PAULO - O governo estuda manter o repasse de recursos do Tesouro Nacional ao segmento de distribuição de energia elétrica este ano, afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, nesta segunda-feira (3). "O Tesouro estuda isso, nós do ministério também estudamos, o Gabinete Civil também se dedica a isso, e encontraremos a melhor solução possível", disse Lobão a jornalistas durante evento de posse de novos ministros, em Brasília.

Em 2013, repasses oficiais à distribuição através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram utilizados para cobrir o custo adicional do setor com o acionamento de usinas térmicas, devido ao baixo volume de chuvas. O montante repassado para cobrir o custo extra e manter tarifas reduzidas aos consumidores, chegou a R\$ 9,6 bilhões no ano.

Este ano, o despacho térmico segue em alta, com volume de chuvas abaixo do esperado, consumo elétrico acima do comum devido ao forte calor e a redução de nível dos reservatórios no subsistema Sudeste/Centro-Oeste - responsável por 60% da carga total do sistema interligado - quando seria esperado o contrário, em meio à temporada chuvosa.

Além disso, agrava a situação de custos das distribuidoras o fato de as empresas estarem descontratadas em 3,5 mil megawatts, montante que tem de ser comprado do mercado de curto prazo. Na última sexta-feira, o preço da energia elétrica de curto prazo atingiu o recorde de R\$ 822,83 por megawatt-hora.

O aumento de custos do sistema, no entanto, não ameaça a indústria eletrointensiva, que contrata energia no mercado livre, segundo o presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Paulo Pedrosa. "O PLD [Preço de Liquidação das Diferenças, preço da energia no curto prazo] afeta quem está exposto, não traz efeito para quem está contratado. Os consumidores eletrointensivos não assumem posição de risco", explica o executivo.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, o País cada vez mais precisa contar com complementação térmica, uma vez que o consumo elétrico cresce acima do volume dos reservatórios. "O parque termelétrico brasileiro não está adequado a esse tipo de acionamento mais constante e futuros leilões precisam levar isso em conta", diz Sales. Segundo ele, a metodologia dos leilões precisa contemplar usinas que podem ter custo de instalação mais elevado, mas operação mais barata. Também é preciso restabelecer a sustentabilidade no segmento de distribuição, alerta o especialista.